

# “Pré-história” mediterrânica<sup>1</sup>

Cyprian Broodbank

“Pré-História” é dificilmente um termo adequado ou útil, em particular para um cenário tal como o Mediterrâneo, onde ele cria uma desafortunada divisão entre os domínios da arqueologia de tempos profundos e a história tradicional baseada em textos (1). De fato, como veremos, muitos dos elementos fundamentais da vida mediterrânica, tais como serão entendidos em tempos posteriores, primeiro emergiram e começaram a se articular antes (ou mesmo muito antes) da formação do mundo clássico na metade do primeiro milênio a.C. (2). Exemplos incluem práticas de navegação, os principais componentes da agricultura mediterrânica e seu impacto nas paisagens da bacia, a formação de cidades, a criação de redes comerciais extensivas e a definição de culturas de consumo distintas; ademais, a própria constelação de condições naturais que define o meio ambiente do Mediterrâneo, longe de ser eterna, tem origens identificáveis, precedida por regimes marcadamente diferentes. Felizmente, graças a uma longa tradição de exploração arqueológica e ao crescimento dramático de dados acerca do passado das últimas décadas, incluindo os reinos da análise em escala da paisagem, investigação subaquática e ciência arqueológica, junto de avanços não menos espetaculares na reconstrução climática, nós estamos excepcionalmente bem colocados para examinar como o mundo do Mediterrâneo teve início.

Talvez de modo surpreendente para historiadores de períodos posteriores, o problema não é que nós sabemos muito pouco, mas sim que estamos inundados com informação nova, embora (um adendo significativo) de distribuição altamente desigual, ainda com lacunas espaciais e temporais frustrantes para a margem meridional africana do Mediterrâneo. Este capítulo tem como objetivo delinear os insights gerais que podem ser derivados desta cornucópia de saberes, aqui apresentados cronologicamente diante do fato de que este campo é sujeito a ser pouco familiar à maioria dos leitores, assim como mostrar como estes insights

---

<sup>1</sup> Tradução em construção, para fins didáticos, de *Mediterranean ‘Prehistory’*, capítulo escrito por Cyprian Broodbank no livro organizado por Peregrine Horden e Sharon Kinoshita, *A Companion to Mediterranean History* (Oxford: Wiley & Blackwell, 2014, p. 45-58).

alteram nossa perspectiva nas dinâmicas mediterrânicas subsequentes. De modo a evitar as armadilhas de uma agenda de investigação teleológica, um espectro diverso de trajetórias iniciais precisa ser traçado, alguns dos quais apenas, ao longo do tempo, começarão a convergir, trançar-se, misturar-se e crescer assumindo a forma (aos nossos olhos) dos modos de fazer as coisas reconhecidamente mediterrânico, modos que eventualmente se expandiriam para criar um mundo cultural ao redor do mar do meio.

[46]

Assim como em períodos posteriores, a “pré-história” do Mediterrâneo não pode ser separada daquela das regiões circundantes (ver Doumanis, Kea, neste livro). A este respeito, e em relação à circunstância única do ambiente mediterranoide mais extenso do planeta mapeado em seu mais amplo mar interior, a tectônica de placas deu ao Mediterrâneo antigo um notável conjunto de vizinhos. Mais notável entre eles estava a África, a casa de máquinas da evolução humana com sua alongada interface terrestre acompanhando o Saara e uma única saída terrestre que contornava o Mediterrâneo no istmo de Suez, e o Crescente Fértil, uma generosa proporção do qual ficava dentro da bacia segundo qualquer definição, e a qual ainda fornece, mesmo que por uma margens decrescente, o maior e mais antigo foco de domesticação de plantas e animais do mundo. Mais tarde, o mais amplo Oriente Próximo alcançaria um status igualmente importante em sua influência sobre a história mediterrânica. Provavelmente com menor importância formativa dentro dos períodos que nos interessam aqui, estavam as relações com a Europa transmontana, embora conexões existissem desde cedo. Em todos estes casos, entretanto, é impressionante como rapidamente desenvolvimentos externos foram adaptados às condições mediterrânicas, o quanto mudanças internas e de baixo para cima foram direcionadas para aquelas mesmas condições, e como decisivamente, na metade do primeiro milênio, sociedades e economias do Mediterrâneo estavam começando a romper os limites de sua bacia e a formar um vértice de trocas intercontinentais de longo alcance.

## **O mar especiador**

Os primeiros povoamentos da bacia mediterrânica antecedem em muito a emergência de nossa própria espécie, e são intimamente ligadas com os impulsos episódicos e de pequena escala de expansão e contração dos hominídeos africanos. Uma idade possível de 1,8 milhão de anos para o sítio de Ain Hanech no Magreb oriental, com datas de algumas centenas de milhares de anos mais jovem em Israel moderno (com efeito um desdobramento menor do clima e bioma africano), e datas ligeiramente mais antigas para a margens meridional sobrevirão. Até agora, a mais antiga evidência do lado europeu é substancialmente mais recente, com datas de pouco mais de um milhão de anos para a Ibéria, e outras ligeiramente mais recentes na Itália, seguidas de cerca de 500 mil anos atrás por um horizonte associado mais sólido aqui e ali, com os novos hominídeos caçadores dotados de grandes cérebros, o Homem de Heidelberg, ancestral direito de nós e de outros. O contexto climático de tudo isso foi uma mudança datada de aproximadamente 2,5 milhões de anos atrás na direção de condições mais quentes e mais secas associadas ao Pleistoceno, e a oscilações crescentemente severas dentro deste, entre fases glaciais, basicamente frias e secas dentro do Mediterrâneo (ou mesmo áridas no Saara, a ponto de impedir ocupação), e curtos períodos interglaciais com condições inclusive mais quentes e úmidas do que aquelas correntes atualmente, no Holoceno – bem como por inúmeras flutuações entre estes polos.

Padrões de atividade ao longo deste período remoto devem interessar uma audiência maior do que os especialistas no Paleolítico por duas razões principais. Primeiro, a fragmentação frequentemente identificada como uma característica definidora da topografia e ecologia mediterrânica, ela própria ligada ao passado tectônico continuamente tortuoso da bacia, já exercia um papel, mesmo se o enchimento das pastilhas [do mosaico] fossem radicalmente diferentes daqueles familiares a nós (para tomar dois exemplos extremos, o hoje extinto grande mergulhão de zonas frias, assim como habitantes de climas mais suaves como parentes do moderno elefante). Este mosaico oferecia refúgios para as plantas, animais e hominídeos mediterrânicos durante fases climáticas mais duras, e os ciclos repetitivos resultantes de divisão e

reunificação tornaram-se um motor maior da evolução biológica mediterrânica. Segundo, e em agudo contraste, a conectividade marítima tão central para a história mediterrânica posterior é completamente ausente. Vale dizer que a evidência permanece muito escassa para ser conclusiva, mas não há evidência forte de travessias tão antigas no estreito de Gibraltar ou da Sicília, enquanto alegações da presença humanas nas ilhas precisam ser tratadas com cautela tanto no nível documental quanto nos termos da extrapolação das habilidades cognitivas homínidas e da performance das possíveis embarcações. Esta peculiar paisagem de territórios entrecortados envoltos de um mar vazio, sujeito a drásticas pressões climáticas, é importante para explicar, posteriormente, a evolução paralela e a ocupação desigual de *Homo sapiens* na África e de Neandertais na Europa, um processo de especiação a partir de um ancestral comum a partir de 400 mil anos atrás, que seria impensável sem o Mediterrâneo como um divisor. Uma vez que os primeiros (mais conhecidos como “nós”) começam a se expandir ao longo do Levante e na Europa a partir de cerca de 47 mil anos atrás, mesmo retracando agora o antigo eixo terrestre, seriam as península da Europa mediterrânica – Ibéria, Itália e certamente a Grécia – que hospedariam as últimas populações neandertais existentes. Relativamente pouco depois que eles desapareceram, um final e intensamente investigado pico de frio conhecido como Último Glacial Máximo (21 a 18 mil a.C.) pode servir com uma ilustração de despedida para as condições pré-mediterrânicas desaparecidas, com talvez meras 45 mil pessoas amontoadas em refúgios ao redor de toda a bacia, cada grupo tentando manter suas ligações externas vitais sem as quais cada um isolado estaria perdido, e ainda raramente atravessando o mar que era, neste contexto, cerca de 120 metros mais raso (devido à absorção da água marítima global nos lençóis de gelo circumpolares), e encolhido a menos de um décimo de sua atual extensão.

### **Navegação e agricultura**

O aquecimento planetário ao final desta última fase glacial foi um ponto de virada para o Mediterrâneo, assim como para a humanidade em geral. Dois dos mais decisivos desenvolvimentos na verdade pertencem aos milênios de gangorras climáticas imediatamente antes do início do relativamente estável

Holoceno. Entre as muito diversas respostas dos caçadores-coletores mediterrânicos ao entorno rapidamente melhorado, aquelas dos grupos natufianos no Levante se destacam por um inusual grau de sedentarismo e por seu cuidado com as ainda selvagens variedades de cereais que as condições de tipo mediterrânico mantiveram desde muito no Crescente Fértil. Este modo de vida teve raízes locais mais antigas, durante o Último Máximo Glacial, mas do mesmo modo foram obviamente antecipatórias do Neolítico na mesma região.

Enquanto isso, e então correlata com uma temporária reversão para um clima mais frio e mais cedo no final do Pleistoceno, nós testemunhamos a primeira evidência irrefutável no XI milênio a.C. para navegação ao longo de grandes distâncias. Até agora, os melhores exemplos vêm do oriente, onde caçadores-coletores chegaram a Chipre após atravessar 65 km de mar aberto, enquanto aqueles no Egeu saltaram entre as ilhas cíclades ao longo mesmo de maiores distâncias agregadas para colegas obsidiana de Melos, um vidro vulcânico usado para ferramentas. Assim que as condições quentes e úmidas do Holoceno se estabeleceram firmemente depois de 9600, com uma expansão verdejante de efêmeras florestas e mares em elevação, estas trajetórias gêmeas de cultivo sedentário e viagem marítima combinaram-se, em um nível geral (as realidades são certamente mais complexas), para transformar o Mediterrâneo.

[48]

Neste contexto, a sobreposição levantina entre a bacia mediterrânica e o Crescente Fértil se provou decisivo para os desenvolvimentos futuros. Aqui, e com evidência mediterrânica somente para cá, as pessoas começaram, do X ao VIII milênio a.C., a experimentar com colheitas e animais cada vez mais controlados e eventualmente domesticados (principalmente cereais, legumes e linho, além de ovelhas, cabras, bois e porcos – um espectro excepcionalmente amplo de espécies dóceis em escala comparativa global), bem como com as radicalmente novas relações sociais que a ocupação permanente em aldeias e algumas vezes megasítios permitem. Agricultura neolítica levantou a tampa demográfica de já crescentes populações, e de um corão de núcleos iniciais frequentemente localizados nas irrigadas terras baixas, como em Jericó no vale do rio Jordão, uma versátil forma de cultivo a seco se espalhou através do Levante para o planalto da Anatólia e, durante o IX milênio, através do mar como um pacote regularmente renovado, até Chipre. Como a agricultura se expandiu do

orientado para o ocidente através do resto do Mediterrâneo tem sido há muito tempo um tema de debate entre proponentes de um modelo de expansão populacional de agricultores, e aqueles que preferem a adoção da agricultura in situ por caçadores-coletores de clima quente que continuaram a ocupar a grande maioria da bacia ao longo dos milênios decisivos no Levante. O que é claro é que tenha ou não a agricultura derivada do Levante servido para impedir potenciais domesticações mediterrânicas locais, tais processos incipientes não estavam visivelmente em andamento no VII ou início do VI milênio, quando a agricultura aparece pela primeira vez ao longo de todo o Mediterrâneo. A evidência arqueológica e genética atual favorece um papel substancial para pequenos grupos de agricultores saltando entre casuais nichos aráveis, embora com alguma dose de caça e coleta e uma considerável persistência de caçadores-coletores em locais particularmente favoráveis aos seus estilos de vida, tais como grandes zonas úmidas de estuário. Além disso, uma vez a caminho a expansão da agricultura foi relativamente rápida, especialmente da Itália para a Ibéria entre aproximadamente 6000 e 5500. Ainda mais surpreendente, pela primeira vez o eixo primário de expansão foi marítimo, com as grandes penínsulas meridionais, as cinco maiores ilhas e as longas costas do ocidente agindo como pontes; o velho Mediterrâneo terrestre do Paleolítico estava começando a ser virado do avesso.

A principal exceção a tudo isso foi a África mediterrânica, onde o começo do Holoceno testemunhou grupos de caçadores-coletores expandindo-se de seus refúgios nas ilhas de habitat do Magreb e Cirenaica. Aqui agricultura primitiva permanece não atestada, salvo pelo pequeno enclave no Magreb ocidental na metade do VI milênio que era seguramente um ramo da Ibéria, e uma absorção mal datada e comparativamente tardia do delta do Nilo como um adjunto aquático para a caça e coleta. Existem boas razões porque um caminho tão diferente foi trilhado. Primeiro, tal como muito do lado europeu, a África mediterrânica era pobre em candidatos potenciais para a domesticação. Mas diferentemente do confuso flanco setentrional da bacia, a geografia oferecia somente poucos e estreitos pontos de entrada para um neolítico exógeno; aquele mais próximo do Levante foi por muito tempo adiado em função do sucesso das alternativas aquáticas do Nilo, enquanto que o Magreb ocidental foi dependente da chegada da agricultura no lado oposto do estreito de Gibraltar. O estreito siciliano parece ter surgido apenas um pouco mais tarde, e em geral um outro

ponto negativo pode ser a falta de evidência para o crescimento de uma tradição de navegação norte-africana comparável àquela vista em outros lugares, o que tende a refletir uma configuração costeira com poucas ilhas e menos trafegável. Todos estes fatores ajudam a explicar, mais positivamente, a atração de um fenômeno bastante diferente para o sul, como o exuberante Holoceno inicial

[49]

transformou o Saara de uma barreira desértica no Pleistoceno tardio em um vasto e rico mosaico de lagos, canais, zonas de savana e zonas áridas residuais, as quais caçadores-coletores rapidamente atravessavam em todas as direções. Como consequência disto, a maior parte das pessoas na África mediterrânica provavelmente ainda voltavam suas costas para o mar.

Entre aproximadamente 5500 e 3500, as ramificações muito diferentes destas trajetórias do Holoceno inicial se esgotaram ao longo do Mediterrâneo, com a introdução de uma série de outras inovações, notavelmente a metalurgia em partes do norte e do leste e do pastoreio no sul africano. Nós podemos primeiro continuar no norte da África. No ocidente, o resultado de longa duração dos primeiros enclaves agrícolas permanece obscuro, e apesar do fato de que o Magreb é ambientalmente comparável com, digamos, a Ibéria, a falta de evidência para uma maior florescência de comunidades agrícolas dificilmente pode ser atribuída aos conhecidos baixos níveis de prospecção arqueológica. O Egito, por outro lado, viu uma confiança gradualmente crescente nos domesticados, e no início do IV milênio a agricultura tornou-se o modo de vida básico ao longo do Nilo, com explosivas consequências demográficas na rica terra aluvial. Mas igualmente influente no Egito do alto Nilo, e para aqueles trechos da África mediterrânica que permaneceram intocados pelo cultivo de cereais, foi um desenvolvimento tardio do Saara, a saber, a emergência do pastoreio móvel, baseado em gado domesticado provavelmente no local, além de ovelhas e cabras de origem levantina, tudo isto filtrado gradualmente também na zona costeira. Passando para o flanco europeu do Mediterrâneo, a cena é inteiramente diferente. Aldeia neolíticas estavam firmemente fixadas nas regiões mais férteis da Ibéria, França meridional, Itália e Egeu, criando paisagens culturais localizadas e estreitas, dentro das quais os primeiros objetos de metal foram inseridos nos vocabulários materiais existentes. Horizontes mais amplos são conhecidos pelo comércio de materiais selecionados, primariamente obsidiana,

machados de pedra polida e, depois, ocasionalmente metais, ao longo de distâncias substanciais, e pela maior ocupação de média e pequenas ilhas. Este último fenômeno, com efeito uma extensão secundária da zona agrícola, foi mais significativo nas sub-bacias do Egeu, Adriático e Tirreno, cravejadas de ilhas, onde novas comunidades residentes dentro destes mares aceleraram a articulação das redes marítimas multilaterais.

Mais uma vez, entretanto, o Levante se destaca por seu excepcional dinamismo. De fato, na época que o Neolítico alcançou o Atlântico, por volta de 5500, todo o primeiro ciclo de agricultura na área original, associada por vezes a enormes comunidades pré-cerâmicas, estava já em suspensão, para ser seguida por uma longa fase de discreta reestruturação da qual emergiu, por volta de 4500, uma segunda fase de sociedades complexas da Idade do Cobre. Estas são mais conhecidas pelo seu domínio do trabalho sobre metais locais e exóticos, os últimos envolvendo relações de longa distância com a Anatólia e o Egito. De uma perspectiva mediterrânea eles são tão notáveis pelas suas sofisticadas estratégias agrícolas, as quais prefiguravam práticas difundidas mais tarde, e cuja precocidade deve muito ao início da experimentação de já três milênios, além da localização do Levante na junção de várias zonas continentais. Por exemplo, o primeiro cultivo de azeitona foi uma conquista levantina (o vinho tem múltiplas origens no Mediterrâneo e no oriente, mas o Levante, novamente, fica próximo de um núcleo central no Cáucaso e no cordão montanhoso circundante), enquanto as difundidas práticas de base animal como a ordenha e atração foram da mesma forma integradas com inovações mais específicas, como a criação de ovelhas lanosas para tecidos (provavelmente outra iniciativa das terras altas), e o mais antigo burro de carga, um animal do nordeste africano em seu estado selvagem e obtido ao longo da costa do Sinai. Enquanto isso, técnicas de captura de água de inundação

[50]

permitiram a extensão da agricultura nas margens áridas do Negev setentrional. Integração é o conceito chave, com estes elementos combinados subitamente sintonizados a paisagens locais, mas também transferidos através delas, não menos importante na forma dos mais antigos vasos desenhados para o transporte de óleo.



## **O formativo “longo” III milênio**

É tentador especular como estas trajetórias poderiam ter continuado em vários futuros hipotéticos, mas o fato é que elas foram interceptadas por um novo conjunto de transformações durante o final do IV e III milênio, assim criando um fresco amálgama de modos antigos de fazer as coisas e dinâmicas novas que conformariam os últimos 3000 anos da “pré-História” Mediterrânica, e substancialmente determinaram como ele emergiu na posterior ribalta clássica. Quatro principais domínios de mudança podem ser destacados dentro deste recorte temporal, o qual equivale à Idade do Bronze Inicial no oriente, à Idade do Cobre no ocidente, e a transição de um para o outro no centro. Um domínio óbvio para começar é a mediterraneização ambiental da bacia. Este foi um processo gradual imbricado numa ampla fase seca no meio do Holoceno ao longo da maior parte da Eurásia e África. Como esperado em um teatro tão complexo quanto o Mediterrâneo, a padronização foi altamente variada no tempo e no espaço, e permanece desigual mesmo hoje, mas por volta do final do III milênio o regime básico familiar dos tempos “históricos” se consolidou. As consequências, certamente, diferiram. Ao longo da África setentrional, salvo a faixa de oásis do Nilo (para o qual eu logo retornarei), elas envolveram desertificação do Saara e semi-isolamento dos africanos mediterrânicos dentro de uma série de “ilhas de habitat” cujo registro arqueológico fica peculiarmente silencioso para os próximos poucos milênios. Isso cria uma cesura empírica e interpretativa que em grande parte exclui a costa africana a oeste do Nilo das narrativas mais amplas que começarão a se desenrolar no resto da bacia. Em outros lugares, entretanto, a mediterraneização ambiental implicou uma generalização nas condições fundamentais de incerteza, risco, desafio e oportunidade hoje familiares como componentes-chave (ao lado da fragmentação e da conectividade) no mundo do Mar Corruptor, mas também vistos por muitos arqueólogos como cúmplices no aparecimento de relações sociais mais exploradoras e de grupos e indivíduos engrandecidos.

Neste respeito, uma segunda vertente de mudança, entre sociedade do lado setentrional do Mediterrâneo, destaca-se como particularmente relevante. Esta envolveu a dissolução das sociedades aldeãs neolíticas e sua substituição por comunidades inicialmente menores e de vida curta, dispersas por uma proporção

muito maior da paisagem total, incluindo terras altas, pequenas ilhas e outras zonas marginais, e ligadas entre si por redes fluidas de relações sociais reificadas em estilos dispersos de pequenos objetos de prestígio intercambiáveis, por exemplo joias metálicas, instrumentos e armas, bem como taças para consumo de várias bebidas alcóolicas, incluindo vinho no oriente. Ao mesmo tempo surge uma nova assertividade nas imagens de exibição de gênero da parte dos homens que parecem ter dominado tais redes móveis de contato, e um crescente investimento em monumentos funerários e rituais mortuários, como outros indícios de que o senso de lugar ancestral da comunidade se tornou mais frágil. Estas paisagens sociais estendidas e reconfiguradas socialmente e em rede, as quais podem ser encontradas em diferentes formas da Ibéria à Anatólia, cresceram de múltiplas raízes, mas estavam certamente sintonizadas com a mediterraneização ambiental paralela da bacia. E é, portanto, bastante provocador pensar que pelo III milênio

[51]

(sensu stricto) estas condições combinadas levaram a um radical crescimento de pequenos brotos aspirantes ao poder. Alguns permaneceram no nível do indivíduo, visível na forma de ricos sepultamentos com acúmulos de marcadores de status e conexão social, mas em algumas regiões, em particular nas notáveis zonas marginais da Ibéria meridional e do Egeu, eles se consolidaram em surpreendentemente grandes e ricas comunidades, com frequência enciumadamente fortificadas. Tais desenvolvimentos tenderam a se concentrar em ponto que aproveitaram oportunidades incomuns de controle preferencial direto de recursos, ou, tão frequente quanto, em locais-chave dentro das redes que permitiam que tais recursos circulassem ou fossem acumulados. Exemplos incluem Los Millares na acidentada paisagem de Almeria, se alastrando em Valencina de la Concepción, na boca do Guadalquivir, próximo da moderna Sevilha, e em lugares como Lerna, Tróia, Knossos e diversos centros de troca no arquipélago do Egeu.

Mais do que é comumente percebido, o quadro apenas esboçado poderia – e, em termos mediterrânicos comparativos, deveria – também ser aplicado ao Levante. Mas aqui, nossa terceira dinâmica também se torna muito evidente. Pois o IV milênio testemunhou a emergência das primeiras grandes sociedades urbanas e estatais do mundo nos vales dos rios da Mesopotâmia e ao longo do

Nilo, e como estas sociedades expandiram-se através da conectiva jazira síria e do delta do Nilo, respectivamente, o Levante ganhou um outro e inteiramente novo papel, como o corredor de conexão entre dois superpoderes políticos e econômicos. Tenha sido ou não a consciência temporal entre estes desenvolvimentos radicais e o acima mencionado horizonte de difundida mudança social dentro do Mediterrâneo obra do mero acaso, ou encontre seu denominador comum numa alteração climática semelhante a todas estas regiões, é ainda uma questão aberta; mas em termos espaciais a proximidade do Mediterrâneo e das primeiras civilizações a surgirem no planeta foi sem dúvida ainda outra na sequência de contingências de moldaram a história da bacia na longa duração.

Por muito tempo o impacto menos significativo destes dois vizinhos na vida da maioria das pessoas do Mediterrâneo foi seu poder político (mesmo no primeiro milênio os enormes impérios próximo-orientais digladiaram-se para afirmar sua autoridade no setor marítimo). Mais decisivo em uma fase inicial foram seus papéis de consumidores de grande porte, dentro de um ambiente mercantil, de materiais e bens mediterrânicos (cuja produção eles também estimulavam), como centros de inovação tecnológica, e como progenitores de valores culturais, estéticas e práticas sociais que elites mediterrânicas aspirantes, que entraram em contato com estes poderes, direta ou indiretamente, procurariam emular e se apropriar. Somente o Levante experimentou um contato mais próximo com este contexto, e mesmo aqui influências externas e variações locais de tradições mediterrânicas foram entrelaçadas. Um exemplo notável é Ebla, uma cidade do final do III milênio no noroeste da Síria, que ostentou um palácio e um arquivo de tabletas escritos em cuneiforme, que captura com desconcertante detalhe uma sociedade, economia e cultura devedoras tanto das normas mesopotâmicas quanto da prática levantina milenar, localizada no centro de fluxos de metais, pessoas e informação que vinham de todos os pontos do compasso. Mesmo na fronteira de um estado egípcio inicialmente intervencionista, as pequenas cidades e aldeias do Levante meridional tornaram-se estreitamente integradas em termos econômicos com seu gigante vizinho faraônico, como provedores de vinho e outros bens luxuosos da zona mediterrânica, sendo muito mais que meros simulacros dela. Enquanto isso, rotas de comércio de longa distância cortavam a região, por volta do final do IV

milênio, trazendo o lápis lazuli da Ásia central para o Nilo, e logo depois o famoso cedro do Líbano tanto para o Egito quanto para a

[52]

Mesopotâmia. Muito deste tráfego era feito por mar, e conduzido por novos entrepostos costeiros levantinos, muitos deles ancestrais de centros fenícios tardios ao longo da mesma costa. Entre eles, Búblus cedo ganhou proeminência como um destino, e deu seu nome no Egito para uma outra inovação vital: os primeiros barcos a vela marítimos, adaptados de protótipos fluviais do Nilo, e que por volta da metade do III milênio trouxeram uma nova velocidade e capacidade de carga para o transporte marítimo que durou, usando este genérico meio de propulsão, até o limiar do presente.

Enquanto tais “barcos búblus” inicialmente percorriam uma rota limitada ao longo do Levante, com incursões até Chipre e talvez raramente mais para o oeste no Egeu, espetaculares viagens marítimas de duração sem precedentes estavam simultaneamente sendo levadas a cabo em outros lugares do Mediterrâneo, ainda com variações maiores de uma antiga tecnologia de canoas movidas a músculo humano. Este quarto e último desenvolvimento é indistinguível da adaptada atividade de médio alcance do Neolítico por uma nova inflexão ideológica, visível nas primeiras representações regulares de barcos (a maioria em contextos ritualmente carregados), e visitas regulares a ilhas ultra remotas tal como Palagruza, no meio do Adriático, bem como pelo domínio de travessias de longo alcance, incluindo a chegada tardia nas ilhas baleares e as ligações diretas entre a Sicília e a Sardenha. Outro indício foi que a extensa circulação de pequenos itens de prestígio, notavelmente entre a rede de “taças” delineada por distintos vasos para bebida e outra parafernália encontrada na Ibéria atlântica e mediterrânica, no Magreb, no sul da França, e em partes da Itália, Sardenha e Sicília. Redes comparáveis se formaram no Egeu e então nos mares adriático e jônio. Curiosamente, este novo alcance marítimo coincidiu com a queda, no final do III milênio, de duas sociedades insulares conscientemente apartadas, uma em Malta, associada com os famosos “templos” megalíticos, e a outra em Chipre, um resultado arcaico da divergência estendida em relação ao continente desde a colonização inicial. Por volta de 2000, ambas ilhas pareciam muito mais com seus vizinhos – uma eloquente ilustração do futuro poder das

conexões marítimas não somente para povoar as regiões como também para encoraja-los a convergir culturalmente.

### **Grandes mundos, pequenos mundos**

O Mediterrâneo do II e do início do I milênio (a Idade do Bronze Médio e Tardio, em transição para a Idade do Ferro no oriente e no centro entre 1200 e 1000 a.C.) tende a ser visto como historiadores tardios como um ancestral distante de seu próprio Mediterrâneo, um lugar para ser garimpado em busca de precursores das atividades posteriores. No entanto, a partir de uma perspectiva menos teleológica, o II e início do I milênio são entendidos de modo mais instrutivo como o período no qual as consequências das dinâmicas estabelecidas antes, durante o “longo” III milênio, foram trabalhadas, algumas vezes em uma escala dramaticamente maior. A diferença de escala é menos evidente no ocidente e no centro, onde sociedades sem-estado continuaram a florescer, frequentemente no nível da aldeia, com muitos altos e baixos, e diferenças culturais marcadas entre elas que sublinham o papel continuado das lacunas marítimas entre as principais regiões.

Duas das mais impressionantes são as sociedades argáricas na Ibéria meridional, as quais emergiram do colapso de suas predecessoras da Idade do Cobre, e exibe evidência clara de relações sociais desiguais e focos claros de poder local, e as peculiares comunidades nurágicas da Sardenha, cujas altas torres circulares tornaram-se unidades domésticas padrão, espalhadas ao longo da paisagem. Em outras áreas, incluindo a França meridional e

[53]

boa parte da Itália peninsular e o Adriático, existe pouco sinal de mudança, ao menos até o final do II milênio nestas últimas regiões. A impressão de padrões regionais discretos e descoordenados é em grande medida confirmado diminuição das amplas conexões atestadas durante o milênio anterior, embora um grau substância de ligação marítima é atestada entre os centros indígenas e o Tirreno meridional, ao redor das costas da Itália meridional e da Sicília, e no Adriático.

É neste período que o contraste com o Mediterrâneo oriental é talvez mais claro. Ali, o modelo encontrado antes em Ebla se difunde: uma comunidade

urbana com um território extenso, controlado por um “palácio” que servia como residência de elite, centro ideológico, eixo administrativo com escrita, foco de acumulação de capital e colmeia para a produção especializada, armazenagem, comércio e consumo. Duas outras características de tais comunidades que se tornaram evidentes tanto na época quanto depois, foram, primeiro, sua tendência a ter um pé no mar e outro em uma região (frequentemente) montanhosa, com rotas de conexão dentro e além das margens da bacia, desse modo abrangendo das produtivas e estratégicas terras baixas costeiras, e segundo, sua escala altamente variável, que torna o “estado” um termo desigualmente confortável para ser aplicado a elas. No Levante, uma zona contínua de interação entre comunidades palacianas foi criada entre o delta do Nilo e a Mesopotâmia. Instituições genericamente comparáveis, embora com considerável variação cultural em suas formas concretas, emergiram por toda a Anatólia e, em conjunto com os desenvolvimentos de baixo pra cima no III milênio no adjacente Egeu, primeiro na Creta minoica e depois, seguindo fortes interconexões econômicas e culturais, no território micênico. Comunidades cipriotas também se basearam nesta rede a partir da metade do milênio, de um modo menos abertamente palaciano do que seus vizinhos e derivando muito de sua riqueza da exportação do cobre abundante da ilha. O resultado geral foi uma vasta urbanização no oriente, cujos benefícios foram desigualmente distribuídos em favor de uma pequena elite urbana. Populações aumentaram, algumas vezes a níveis comparáveis a períodos muito posteriores; artesanato refinado em diversos suportes alargaram as fronteiras em termos de proeza técnica e tecnológica; e uma sofisticada base agrícola foi explorada para gerar excedente suficiente para nutrir os funcionários, para colheita comercial de principalmente azeitonas e vinhos para exportação e, em termos de criação de animais, para criar fazendas extensivas baseadas em arado e enormes rebanhos de ovelhas que abasteciam com lã uma vibrante indústria têxtil. Tanto os restos materiais quanto uma série de extraordinárias janelas textuais encontradas em arquivos bem preservados confirmam, em certos casos com base em tímidos antecedentes do III milênio, o estabelecimento de commodities padrão tais como barras de metal, sistemas de pesagem, unidades de líquidos preciosos (mais seus visivelmente padronizados continentes) e regimes de valor baseados em equivalentes de metal que implicaram, com efeito, na emergência de proto-moedas.

Enquanto os registros das maiores comunidades tendem a enfatizar as interações formais entre as casas reais, baseadas em ideais de equivalência ostensiva, outros textos, em particular os originados da grande cidade comercial de Ugarit no Levante setentrional, não deixam dúvida de que a maior parte da atividade foi motivada por um desejo de lucro dentro de um mercado flutuante, e que as pessoas identificáveis como mercadores tornaram-se vitais para a produção e comércio. Por volta do final do II milênio, as interconexões no Mediterrâneo oriental eram mais intensas entre o Levante, Chipre, Egito e Anatólia, com uma ligação mais episódica e distante com o Egeu, e uma ampla penumbra continental da qual os bens exóticos fluíam. Esta situação é claramente exemplificada pela carga do navio naufragado de Uluburun, datado do final do século XIV, com uma massiva carga de cobre de Chipre, estanho da Ásia central, resina do Levante e barras de vidro do Egito ou do Levante,

[54]

além de uma impressionante diversidade de outros bens, incluindo madeira fina do Sudão, artesanato em ouro, um tablete de madeira inscrito indicativo de formas móveis de alfabetização e alguns poucos vasos do Egeu. Ainda que periféricas a este sistema como as economias palacianas devem ter sido, esta região exerceu um papel vital ao articular, por volta da metade do II milênio, o centro da interação marítima para o oriente e mesmo com regiões mais distantes, incluindo os Balcãs, provavelmente o mar Negro e, mais relevante para o presente contexto, as redes pré-existentes do Mediterrâneo central. Por volta do século XIV, a cerâmica do Egeu e outros achados, talvez trocados por metais circulando no Mediterrâneo central, se disseminaram no Tirreno meridional, ao longo do final da Península itálica e na entrada do Adriático. A maior parte deste contato foi realizado por meio de rotas costeiras de médio alcance, mas a partir do século XIII, algo completamente novo se torna visível: os primeiros sinais de viagens diretas de longa distância entre uma Chipre agressivamente comercial e o Mediterrâneo central, principalmente a Sardenha, rica em metais, com paradas na costa aberta no sul de Creta e no sudeste da Sicília. Na mesma época, achados encontrados no Adriático revelam que esta recentemente mais apartada sub-bacia também começou a participar do comércio inter-regional, muito provavelmente perseguido acima de tudo por grupos nativos baseados no norte, e próximos de ricas fontes de metal no sudeste dos Alpes.

Um resultado imediato desta rede crescente de produtores e consumidores, estendendo-se por mais da metade da bacia, situa o Mediterrâneo no limite de um dilema historiográfico. Pois em ambos os lados de aproximadamente 1200, depois de um aumento da ambição política que culminou em hegemonias protoimperiais no Levante a partir do Egito e da enorme comunidade hitita baseada nas terras altas da Anatólia, o sistema palaciano do Mediterrâneo oriental colapsou. A explicação tradicional é que ele caiu de seu apogeu diante de uma confederação de invasores de suas periferias, incluindo o Mediterrâneo central e grupos afastados do Egeu, demonizados pelas fontes da realeza e hoje conhecidos como “Povos do Mar”. A realidade, perfeitamente plausível, de uma ruptura violenta, é abundantemente evidente nos palácios incendiados, e no papel participativo de grupos até então marginais, agora capazes de penetrar no centro das redes graças à provável adoração, sob condições de contato, da tecnologia oriental de navegação. Inclusive, é bastante impressionante que sociedade do Mediterrâneo central, especialmente aquelas na Sardenha e no início do Adriático, tornaram-se marcadamente mais complexas e amplamente conectadas nos séculos finais do II milênio. Mas uma explicação alternativa tentadora, ou mesmo complementar, seria ver, pelo contrário, este paroxismo palaciano nos termos de uma transformação econômica mais profunda e de longa duração. Pois como uma grande quantidade de atividade, participantes e conexões econômicas, especialmente ao longo do ingovernável mar, aceleraram-se ao longo do final do II milênio, a habilidade de estruturas palacianas altamente centralizadas e dinasticamente imbricadas de controlar uma rede ainda mais poderosa e volátil no oriente deve ter se tensionado além do possível, e mesmo em contradição com os valores abertamente mercantis com os quais eles então coabitavam. Nesta perspectiva, é extremamente sugestivo que aquelas partes do oriente que tinham menos instituições palacianas, em particular Chipre e agora novas partes do Levante, vivenciaram efetivamente registros sem paralelo de atividade econômica urbana efervescente, bem no meio da “crise” de 1200 (a despeito das destruições de curto prazo), enquanto as mais claras vítimas foram aqueles mais comprometidos com a gerência econômica centralizada e hierárquica.

Os últimos incluíam as rústicas comunidades do Egeu, uma área que



em breve sairiam da cena mediterrânea mais ampla durante muitos séculos sem escrita. Na longa duração, entretanto, o maior perdedor foi o imensamente rico e venerável estado nilótico do Egito, cuja ideologia, cultura e economia rigidamente controladas já tinha sido subvertida uma vez antes por valores mediterrânicos (na metade do II milênio, pelas mãos das cosmopolitas comunidades dos “hicsos”, que tinham laços com o Levante, e era centrada na cidade de Avaris, no delta), e que experimentaria uma Idade do Ferro caracterizada por ciclos de fissão política, penetração econômica, invasões sem precedentes e longo eclipse. A realidade de um mar “corruptor”, em detrimento da fixa autoridade terrestre e inimigo de pretensões de autarquia econômica, amadurecia com vingança.

Os primeiros séculos do I milênio foram construídos a partir deste último conjunto de desenvolvimentos. Em pouco tempo Chipre perderia sua primazia no comércio de longa distância para a faixa da costa do Levante central conhecida hoje como Fenícia – uma infeliz mudança de nomenclatura que oculta fortes continuidades em relação ao milênio anterior nas práticas mercantis e outras de centros marítimos como Sidon e, acima de tudo, a cidade insular de Tiro. Inicialmente, seus circuitos de comércio assemelhavam-se àqueles do Mediterrâneo oriental da Idade do Bronze, ainda que com maior ambição em termos de território, incluindo nós ultramarinos, que podem ser atribuídos ao eclipse temporário dos grandes poderes territoriais que policiaram estes esforços anteriormente. Mas a partida decisiva em relação ao II milênio é visível no fato de que, por volta do século IX, e possivelmente um pouco antes, material de tipo fenício aparece em quantidade não simplesmente tão a oeste quanto a Sardenha, mas sim em Huelva, no golfo de Cádiz, logo depois dos portões do Mediterrâneo, e muito perto das imensamente ricas fontes de prata e outros metais da região do rio Tinto. Tradicionalmente, esta dramática superação dos limites ocidentais do comércio de longa distância regular na Idade do Bronze foi atribuída ao gênio navegador fenício e à necessidade de abastecer o tributo colossal para o ressurgente império da Assíria na Idade do Ferro. Mas embora a expansão das artes de navegação claramente exerceu um papel estratégico, a sugestão tradicional parece ingênua em vista da longa “pré-história” das explorações marítimas (mais recentemente, estas aventuras de mar aberto por navegadores cipriotas poucos séculos antes), enquanto que as datas mais antigas confirmadas em Huelva precedem decisivamente a expansão assíria. Ao invés disso, a resposta

deve estar na emergência, na passagem do Bronze para o Ferro, de conexões indígenas entre o centro e o ocidente, na qual as florescentes comunidades nurágicas costeiras na Sardenha exerceram um papel fundamental; estas conexões certamente levaram a um influxo voltado para o oriente do artesanato metálico tanto atlântico quanto mediterrânico ocidental, e indiscutivelmente facilitaram a ligação final ao longo da bacia. Neste sentido, o fenômeno fenício foi tanto consequência quanto causa das primeiras redes verdadeiramente pan-mediterrânicas, e as pessoas envolvidas certamente foram mais diversas do que tem sido geralmente aceito. Independente disso, de início esta rota vertebral mesclou-se com outras redes mais antigas, especialmente no Egeu e no Tirreno, as quais agora relegaram a atividade adriática a sua própria sub-bacia. O nascimento de formações políticas na Etrúria, uma área imensamente fértil mas até então isolada em termos mediterrânicos, devido muito à combinação de seus próprios recursos e a conexões em transformação entre os metais dos Alpes ao norte e o acesso ao mundo mediterrânico mais amplo. Novos nós, entretanto, nem sempre implicam uma integração continental mais ampla; um dos mais antigos entrepostos fenícios a ser estabelecido, em Cartago, situado soberbamente num promontório do mar (sea's wasp waist), no início voltando as costas para o interior, deixando a maior parte da costa da África desintegrada por séculos.

[56]

Daqui é um passo comparativamente curto para um mundo ostensivamente mais familiar, mas construído ao longo de muito tempo. Um fase levemente mais úmida a partir do século VIII parece ter estimulado uma nova irrupção de crescimento demográfico em muitas regiões, em particular no Levante, no Egeu e na Itália, enquanto que ao mesmo tempo a expansão dos cada vez maiores impérios próximo-orientais, do neoassírio para o persa, enormemente impulsionaram os mercados para muito além do influxo de tributo. Estes fatores, combinados ao conjunto pré-existente de redes regionais e pan-mediterrânicas, decisivamente facilitaram as condições para a mobilidade de longo alcance quando barcos a vela difundiram-se (e naufragaram) ao longo da bacia, e já parcialmente estabelecidas modalidades de interação cultural e comércio (e não menos importante convergências nos suportes, valores e

práticas, tal como o consumo de vinho), proveram o nexos imediato de condições para a previsível decolagem final.

No século VIII e início do VI, os desenvolvimentos foram mais dramáticos ao longo de uma faixa ondulante de terra e mar interconectados entre o Levante, o Egeu, a Itália tirrênica, a Sicília e seus arredores (cuja centralidade potencial somente agora se tornava manifesta), a Sardenha e o sul da Ibéria. Ali, grupos aglutinantes de pessoas, tanto locais quanto vindos do ultramar, criaram em pontos vantajosos núcleos do que em breve se tornariam cidades (um fenômeno até então restrito ao oriente), um processo mais sutil do que simplesmente a imposição de “colônias” em paisagens “nativas”. Até então, frequentemente elites menores competiam e interagiam em uma escava crescente e barulhenta, em geral muito visível na esfera da ostentação funerária, na medida em que seu acesso a recursos e bens de prestígio aumentou, criando com efeito novas oligarquias da Idade do Ferro (“aristocracias” seria um termo de muita autopromoção). Dada a falta de controle político efetivo sobre os mercados (no oriente desde o colapso dos palácios da Idade do Bronze), uma nova geração de santuários dedicados a divindades frequentemente reconhecíveis transculturalmente proveram uma base neutra para o comércio entre indivíduos com diferentes tradições históricas. Numa reação oposto à rápida exposição da maior parte das pessoas da bacia umas às outras, conceitos de identidade e alteridade começaram a tomar uma forma mais firme e distintiva (daí termos como “fenício”, e a ascensão de uma identidade grupal mais fortemente autoconsciente em Israel e na Grécia).

Por volta do final do século VII e do VI, este sistema estava atravessando a maior parte do restante da bacia, especialmente no sul da França (onde a fundação de Massalia, em cerca de 600, foi precedida de contatos etruscos), norte da África (em particular a incorporação da Cirenaica, a partir do Egeu, a expansão no centro a partir de Cartago e outros lugares, e a crescente integração do Marrocos ocidental), e pouco depois, no circum-adriático. Desta perspectiva, os laços crescentemente fortes do Mar Negro, do Mar Vermelho, do “Atlântico mediterrânico”, da Europa temperada e indiscutivelmente da África saariana eram dimensões sem paralelo do rápido crescimento econômico e da efervescência cultural gerada pelo mundo pan-mediterrânico, conhecimento

bizarramente como “arcaico” mas, como nós vimos, era muito mais a culminação do que um início.

### **A formação do mar médio**

Mesmo como uma expressão geográfica o Mediterrâneo está longe de ser eterno; antes, foi formado ao longo de muito tempo a partir de um fragmento do antigo Oceano Tétis, criado pelo movimento da crosta terrestre. O Mediterrâneo como um teatro histórico e um mundo cultural também se formou ao longo de muito tempo, e certamente experimentou muitos períodos de crescimento e contração antes de seu reconhecimento como uma entidade no I milênio a.C., e a recentemente (e possivelmente de modo prematuro) anunciada “morte”. A bacia pleistocênica era, como nós

[57]

vimos, pré-mediterrânica exceto pelas características, de origem tectônica, da densa fragmentação, a qual frequentemente permitiu que seus ocupantes fugissem para nichos isolados durante as piores épocas. Enquanto as conexões terrestres eram tão antigas quanto os primeiros habitantes da bacia, a formação de conexões marítimas que conectariam a bacia e criariam um mundo talassocêntrico estava adiada, e amplamente congelada na natureza (stadial in nature). Deixando de lado travessias ultracurtas de plausibilidades variadas, o primeiro limite substancial, em termos de domínio de navegação, foi atingido próximo do fim do Pleistoceno, e nos primeiros milênios do Holoceno isto ajudou a dispersar a agricultura ao longo da maior parte da bacia. Durante o “longo” III milênio, expedições mais ambiciosas estenderam o alcance efetivo e adicionaram uma carga ideológica, enquanto ao mesmo tempo, no oriente, a invenção de barcos a vela dignos do mar permitiu um forte aumento na quantidade de bens que poderiam ser carregados e na velocidade do transporte. A surpreendentemente lenta absorção deste domínio mais a oeste deve ter se devido às exigências de investimentos e mudanças tecnológicas, mas por séculos isto deixou entre parênteses a transição para os barcos a vela do I milênio que abrangeu todo o Mediterrâneo. Nos próximos séculos os últimos desertos marítimos foram conquistados, e as últimas costas foram puxadas para a rede.

Enquanto isso, a mediterraneização ambiental havia chegado se realizado durante o “longo” III milênio (seu corolário saariano afastou o norte da África, exceto o Egito, da maior parte dos desenvolvimentos mediterrânicos por 3000 anos, e a partir desta época as marcas antropogênicas nas ecologias mediterrânicas também se tornaram mais aparentes). Com este terceiro elemento encaixando-se, a cena estava pronta para a emergência de dinâmicas reconhecivelmente mediterrânicas, comumente mas não sempre de início no microcosmo, e particularmente bem evidenciada primeiro no Levante, no Egeu e na Ibéria, depois gradualmente se expandindo por toda a bacia. Por conta de todo o impacto do Oriente Próximo, o qual entre o III e o início do I milênio tendeu a encorajar desenvolvimento e integração mais durável nas partes orientais da bacia, esta expansão dos modos mediterrânicos de fazer as coisas é melhor entendido em termos de evolução conjunta de regiões interativas entre si, mais do que um processo com uma direção central.

Com tantos dos fundamentos da vida mediterrânea amplamente reconhecidos devendo sua criação para iniciativas “pré-históricas”, nós podemos questionar, afinal, a partir de uma perspectiva do tempo profundo, quais elementos do Mediterrâneo posterior são de fato genuinamente novos e estranhos. Entre eles, e nenhum prontamente evidente durante a “pré-história”, podem estar, a partir do I milênio em diante, a emergência de formações imperiais intra-mediterrânicas de larga escala, o repentino sucesso de poderes mediterrânicos no exercício do domínio muito além da bacia, a expansão da chamada cultura “helenizante” dentro e além dela, e a notável valorização de concepções do lugar do indivíduo na sociedade e relativo à ordem divina. Nestes pontos, ao menos, o Mediterrâneo clássico representou um ponto de partida, e um com um significado global amplo.

## **Notas**

1. Este capítulo é um resumo condensado de um livro mais longo sobre o Mediterrâneo inicial (Broodbank, 2003). Mais do que tentar referenciar um assunto tão vasto adequadamente no presente texto, o leitor deve se dirigir para este livro para conferir as fontes de apoio e uma exploração mais completa.

2. Todas as datas que seguem são a.C.

[58]

**Leitura complementar.**

- Blake, E. and Knapp, A.B. (eds) (2005) *The Archaeology of Mediterranean Prehistory*, Oxford: Blackwell.
- Blondel, J., Aronson, J., Bodiou, J.-Y. et al. (2010) *The Mediterranean Region: Biological Diversity in Time and Space*, 2nd edn, Oxford and New York: Oxford University Press.
- Braudel, F. [1998] (2001) *The Mediterranean in the Ancient World* (translation of French original), London: Allen Lane/Penguin.
- Broodbank, C. (2000) *An Island Archaeology of the Early Cyclades*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Broodbank, C. (2013) *The Making of the Middle Sea: A History of the Mediterranean from the Beginning to the Emergence of the Classical World*, London and New York: Thames and Hudson and Oxford University Press.
- Grove, A.T. and Rackham, O. (2001) *The Nature of Mediterranean Europe: An Ecological History*, London and New Haven: Yale University Press.
- Guilaine, J. (1994) *La Mer partagée: La Méditerranée avant l'écriture, 7000–2000 avant Jésus-Christ*, Paris: Hachette.
- Knapp, A.B. and van Dommelen, P. (eds) (in press) *Cambridge Handbook of the Mediterranean World in the Bronze–Iron Ages*, Cambridge and New York: Cambridge University Press.
- Sherratt, A.G. and Sherratt, E.S. (1991) *From Luxuries to Commodities: The Nature of Mediterranean Bronze Age Trading Systems*, in *Bronze Age Trade in the Mediterranean* (ed. N.H. Gale), Jonsered: Paul Åströms Förlag, pp. 351–368.
- Woodward, J.C. (ed) (2009) *The Physical Geography of the Mediterranean*, Oxford and New York: Oxford University Press.